



## **Eixo Temático 02 – GÊNERO E SEXUALIDADE**

### **GÊNERO NA ESCOLA BÁSICA E O PSICOLOGO ESCOLAR**

Ana Rosa Santos Farias <sup>1</sup>

#### **RESUMO**

O texto tem como objetivo relatar a importância do debate na temática gênero na escola básica e a presença da(o) Psicóloga/o escolar na unidade de ensino público, agora regulamentada na Lei nº 13935/2019. A metodologia neste estudo é de cunho bibliográfico que descreve um breve histórico de leis brasileiras que traçam a jornada ao longo do século XX e o do atual, que viabilizaram a orientação sexual na escola básica e lutas feministas contra normas culturais que se posicionavam contra o debate neste tema dentro da escola básica. O tema gênero é definido de acordo com a bibliografia consultada, ressaltando os desafios com a família, a comunidade e contra o debate de gênero, embasados pela religião, política, cultura e crenças que exercem seu discurso de violência e preconceito. Fala da presença da(o) Psicóloga/o escolar, profissional indispensável para somar junto a equipe pedagógica, na promoção da saúde física e mental, numa mudança de paradigma dentro da educação básica, promovendo integralidade e interdisciplinaridade, para a formação de cidadãos críticos e uma sociedade respeitosa e inclusiva para todos.

**Palavras-chave:** gênero na escola, psicólogo escolar, leis na educação, inclusão, diversidade.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Psicologia (5º semestre) da UniFAT – Faculdade Anísio Teixeira, nanarosafarias@gmail.com;



## GÊNERO NA ESCOLA BASICA E O PSICOLOGO ESCOLAR

Ana Rosa Santos Farias

### INTRODUÇÃO

Falar de gênero é falar de um universo de lutas intermináveis. O passado histórico documentado ou não, o presente que arpeja e arde na pele principalmente de quem sofre as injustiças e imposições sociais, políticas, culturais, moralmente e emocionalmente, dores e mazelas pela condição dita de inferioridade.

Falar de gênero, relaciona dores humanas, não somente por ser homem ou ser mulher, mas por diferenças na orientação sexual que é inerente à vontade do ser, as etnias, crenças, diferenças que matem as culturas e inúmeros outros aspectos.

Desta forma é difícil restringir a temática gênero, sem falar de sexualidade, sem falar do negro, indígena, e das inúmeras diversidades que qualifica o humano sobre a terra.

Falar de gênero exige falar do subjetivo, do invisível, do intocável que habita cada um de nós, na condição de homo sapiens, moradores do planeta Terra. Obriga-nos a falar dos sentimentos e sensações, dores, medos, angustias, tristezas e alegrias tão naturais à nossa sobrevivência, mas que os excessos nos adoecem.

A escola é o segundo lar, na escola tem-se a educação institucionalizada e que dá continuidade à educação que se traz de casa, da família, o primeiro lar. A escola vai preparar o cidadão com suas regras e leis, pelo menos este é o objetivo. Proporcionará o conhecimento básico, e induzirá a criticidade, conhecimento e capacidade de viver em sociedade como cidadãos aptos e capazes e habilidosos. “A escola precisa contribuir de maneira eficaz no enfrentamento das condições que impedem ou dificultam a participação social e política de todos.” Sugere Iop e Dorow (2022).



A escola é um espaço que requer padrões sociais democráticos, para que se construa respeito e se reconheça a diversidade sexual, evitando estereótipos e violência, física ou psíquica.

Precisamos de informação, precisamos da família, da escola, dos amigos, da sociedade, do médico e do psicólogo. Parece poesia, falar de dores humanas, mas é a realidade que habita cada um de nós e nos permite viver em comunidade, em comunhão com o outro, formando pares das diversas formas que conhecemos ou não.

No ambiente escolar, é necessário estabilidade emocional, o humano tem sido vítima do excesso de informação que preenchem e transformam a simplicidade do viver em algo incomodo. Desejos e sonhos são cada vez mais complexos e é preciso lidar com sentimentos que antes eram da vida adulta e agora passa a povoar o mundo jovem e até das crianças.

A ansiedade, a preocupação excessiva com o futuro, permeia o cotidiano diário e adoece a todos, não importando a idade. O mundo está cada vez mais ansioso e necessita de profissionais e terapias que cuidam e ensinam a botar freios no viver, buscando assim uma melhor qualidade de vida. Evidencia-se desta forma a importância do Psicólogo Escolar nas unidades de ensino público.

O debate sobre gênero ainda é um tabu na sociedade e significa falar principalmente de todas as punições, proibições e mazelas impostas as mulheres, e outros grupos diversos. A temática abre um leque que possibilita debates e talvez a aceitação de toda diversidade possível.

Gênero sugere, (Miguel, 2024 p. 79) “não se resume à diferença orgânica entre os sexos, ou seja, gênero não é sinônimo de sexo, sexualidade também não o é.” Sexualidade não se resume apenas a mudanças físicas na adolescência ou do ato sexual para fins reprodutivos. É necessário falar dos sujeitos e como cada um se constitui na sua dinâmica, seu processo histórico, individualidades. Assim, falar em sexualidade implica em falar de questões de gênero.

Observa-se que a concepção de gênero é algo aprendido, moldado socialmente e historicamente, abrange questões como identidade de gênero, papéis de gênero e expressões de gênero. (Miguel, 2024, p. 79) enfatiza em seus estudos que, “a partir do conceito de gênero, mais especificamente das relações de gênero, é possível uma reflexão



a respeito da construção sócio-histórica da sexualidade partindo da significação das diferenças biológicas.”

Homens e mulheres tem papeis na sociedade contemporânea, seus comportamento são resultados de um longo processo sociocultural, há todavia uma hierarquização que favorecem o masculino, gerando desigualdade e violência. As mulheres, ditas menos capazes, continuam lutando por seu lugar ao sol, e diariamente são lembradas que a luta não acabou e talvez não acabe, pois está incutido na sociedade, a condição de inferior que lhe foi imposta histórica e culturalmente. É reconhecida sua superioridade ao perpetuar a espécie, mas é inferiorizada e violentada por chorar, sangrar, e amar seus filhotes até que eles aprendam a andar.

## **ABORDAGEM HISTÓRICA**

Bertha Lutz, “engendrada em sua militância feminista, seja para a história das ciências, das mulheres ou de gênero” Cita Souza (2009), contribuiu no processo de educação e profissionalização de mulheres. Enfatizou a importância da contribuição feminina, de mulheres, cientistas que atuaram com dificuldades no universo masculino consciente da sua condição do ser mulher. “o movimento feminista da época (década de 1920), por ela liderado, tinha uma motivação política diferente: implantar a Educação Sexual nas escolas com o objetivo de proteção à infância e à maternidade (RIBEIRO, 2013). Cita Bueno e Ribeiro em seu artigo de 2018.

Este panorama aponta para transformações de uma ideologia de gênero, que propiciou a redefinição de papéis de homens e mulheres na sociedade, mais do que a simples permanência de um sistema patriarcal em “roupagens modernas”. (Souza 2009).

Em 1971 legitima-se com a Lei nº 5692/71 o ensino de educação sexual nas escolas sendo os professores de ciências e nas disciplinas identificadas: programas de saúde, com objetivos mais higienistas do que educação sexual. Tal lei é fortalecida com o parecer nº 2264/74 do Conselho Federal de Educação (CFE).

Tais movimentações mostram uma preocupação com a formação dos professores que irão ensinar educação sexual na escola básica, surge assim o programa “Salto para o futuro”, na TV escola com o objetivo de capacitar estes profissionais.



A Lei nº 9394/96 constitui a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), traz uma expectativa pluralista e com respeito a diversidade. Cria-se desta forma os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), no qual está incluído a educação sexual como um tema transversal no conteúdo das disciplinas na escola básica. Promove ações à temática gênero, orientação sexual, diversidade sexual. Uma vitória na luta para o esclarecimento de temáticas controversas na escola básica. Possibilidade de debates e esclarecimentos de temas de tamanha importância na formação de crianças e adolescentes.

A Lei 10.172/01 de 9 de janeiro de 2001, aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), e reafirma a inclusão da Educação Sexual nas diretrizes curriculares dos cursos de formação de docentes. Efetiva valorização dos direitos humanos no que se refere a liberdade de orientação sexual e proibição da discriminação, apoiados por entidades como UNESCO e UNICEF. Tais apoios possibilita programas que buscam repudiar preconceito e estigmas a mulheres e travestis e outras diversidades.

Tais leis buscam autonomia pedagógica e socialização no ambiente escolar em uma escola laica que valoriza a diversidade, inclusão, equidade de gênero que valoriza a aprendizagem e tendo o professor como uma adulto de referência profissional.

“O Estado deve garantir o acesso à educação a todas as pessoas, sem discriminação, respeitar e valorizar a docência, assegurar formação continuada e condições de trabalho satisfatórias.” (Ribeiro, 2018, p.180). Isso inclui não somente o ensinar e aprender, mas a perspectiva laica de inclusão de todos os públicos que são atendidos pelos setores públicos e privados dentro do processo educacional de qualidade. Essa educação deve promover equidade, o respeito a diversidade, resistência a todas as formas de discriminação ou qualquer preconceito que ocorram no processo de acesso à escola.

Ribeiro (2018), aborda no seu texto, a “Ideologia de gênero”, este termo rouba a cena, trazendo atraso para conquistas de lutas travadas contra a ignorância e o preconceito, ressurgindo com estigmas que já vinham sendo enterrados na sociedade atual.

[...]a matriz católica do seu discurso, passou a contar com adesões de diversas denominações religiosas, dentre elas, as igreja evangélicas neopentecostais, as quais, especialmente na América Latina, demonstraram saber valer e se apropriar do léxico e da gramática antigênero para alavancar sua visibilidade e sua influência (Ribeiro, 2018, p.182).



Interessante ressaltar, que Ideologia de gênero e suas variações acham apoio em todos os continentes, “São sintagmas neológicos fabricados na forma de rótulos e slogans políticos e, enquanto tais, tendem a funcionar como estandartes, sinais de adesão, ponto de referência na construção e na atuação de grupos de mobilização”. (Ribeiro, 2018, p.183)

Ribeiro (2018), no artigo de cita: “Esta “cruzada” implica em intensa mobilização política e discursiva em favor da reafirmação dos “valores tradicionais”, das hierarquias sexuais, do controle exclusivo dos pais sobre a formação moral e sexual dos filhos, da restrição ao acesso a informações sobre saúde sexual, da interdição das discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas.” (Ribeiro, 2018 p. 186)

Em defesa de uma dita “família natural” são contrárias ao reconhecimento de mulheres como atuantes para “discutir o aborto, combater o feminicídio, criminalizar a homotransfobia, legalizar casamentos entre pessoas do mesmo sexo e o direito de adotar, ampliar o acesso a novas tecnologias reprodutivas, reconhecer o direito à autodeterminação da identidade de gênero e à mudança de sexo. Divórcio, igualdade salarial entre homens e mulheres, coibição de violência física ou psicológica por parte dos pais na educação dos filhos e diversidade religiosa também costumam figurar entre os pontos que deveriam ser interditados nas escolas.” (Ribeiro,2018 p.186)

Tais ideias vão de encontro com o direito a educação de qualidade, e contra diversos direitos fundamentais e visa anular importantes conquistas dos movimentos sociais, especialmente do feminista e negro. Tenta-se um controle ideológico sobre os professores impondo uma atuação medíocre e sem lucros para os estudantes no processo ensino aprendizagem.

Desta forma gênero, como compreendemos, “é um dispositivo cultural, constituído historicamente, que classifica e posiciona o mundo a partir da relação entre o que se entende como feminino e masculino.” (Lins,2014 p.10) As diferenças percebidas cria sentido quando se articula pessoas, emoções, e práticas numa estrutura de poder que podem ao mesmo tempo tentar direcionar ideias que vão de encontro a liberdade de expressão.



## GÊNERO NA ESCOLA

Acredita-se na possibilidade da construção de uma escola em que gênero não seja restritivo e excludente, mas plural, que garanta uma educação inclusiva e transformadora. Contudo, é preciso combater as hierarquias de gênero, e isso não significa apagar todas as diferenças, pois a igualdade entre os indivíduos não anula as diferenças existentes entre elas. É preciso garantir que não sejam usadas para se estabelecer violência, injustiças e relações de poder, Louro (2014), cita Foucault:

As lentes de Foucault ainda poderiam provocar outros olhares sobre as relações de poder entre os gêneros: a normatização da conduta dos meninos e meninas, a produção dos saberes sobre a sexualidade e os corpos, as táticas e as tecnologias que garantem o “governo” e o “autogoverno” dos sujeitos[...]” (Louro, 2014 p.46)

Gênero está relacionado aos comportamentos, características e identidades notadas nos indivíduos, relacionadas inicialmente ao sexo biológico, entretanto tal conceito vai muito além deste. Ao sexo, entende-se como uma característica biológica, e sabe-se hoje que não é apenas binário ou seja macho e fêmea, vai além.

Precisamos entender que gênero não se resume à diferença orgânica entre os sexos e gênero não é sinônimo de sexo, pois para falar de sexualidade vai além das mudanças físicas ou da relação sexual, é necessário falar de sujeitos, da constituição destes, sua multiplicidade, sua dinâmica, seu processo histórico. Todavia os temas se entrelaçam e fica difícil falar de sexualidade sem abordar questões de gênero.

Assim, o tema gênero deve sim ser abordado na escola, pensando a escola como um espaço de promoção da igualdade e desmistificação de estereótipos. Algumas abordagens eficazes incluem palestras, debates e atividades que explorem a fluidez do gênero e desmistifiquem a ideia de que existem apenas dois gêneros possíveis. Incluindo exemplos de pessoas que não se enquadram nas relações de gênero, esta pode ser uma forma de promover a empatia e a aceitação, ao romper com modelos cristalizados impostos pela sociedade tradicional.

A discussão de estereótipos e normas de gênero é pertinente para falar como certos comportamentos, profissões e aparências são estigmatizados de acordo com o gênero e



como essas normas podem ser limitantes. É interessante se trabalhar textos e dinâmicas que reflitam sobre esses estereótipos e suas consequências.

Incluir representações de gênero em textos literários, estudos de história relacionados de forma interdisciplinar e contextualizada nas disciplinas. Tais ações devem ser propostas com temáticas diversificadas criando um ambiente mais inclusivo e múltiplo, que desperte o interesse dos estudantes e facilite a interação no ensino e aprendizagem no ambiente escolar.

É importante uma sensibilização sobre o combate ao bullying, abordando intencionalmente a violência de gênero, seja física ou psicológica, que se manifesta nas escolas. O trabalho em grupo incentivando o combate a esses comportamentos é uma maneira eficaz de promover a empatia e o respeito. É preciso atentar para ideias como cita Louro (2014).

Ao aceitarmos que a concepção do gênero é histórica e se faz incessantemente, estamos entendendo que as relações entre homens e mulheres, os discursos e as representações dessas relações estão em constante mudança. Isso supõe que as identidades de gênero estão continuamente se transformando. (Louro, 2014, p.39)

A escola precisa se adaptar as exigências das relações de gêneros propostas pelo mundo contemporâneo, em que toda diversidade deve conviver de maneira equânime, tanto no ambiente pessoal, familiar e social, visto que sendo um local de normatização da informação e conhecimento científico, envolve não obrigatoriedade na aceitação das novas relações que estão sendo construídas na contemporaneidade, mas o conhecimento para a capacidade de crítica e respeito no debate.

Proporcionar um local de debate é responsabilidade da comunidade escolar na figura dos professores, coordenadores e gestores, assim como todos os profissionais atuantes. As ações e projetos precisam estar no PPP (Projeto Político Pedagógico), da unidade escolar. E os pais devem ser convocados não só como representantes, mas para participar de todo debate proposto.

## **OS ENFRENTAMENTOS DA QUESTÃO DE GÊNERO NA ESCOLA**

Ao abordar a questão de gênero na escola, existem inúmeros desafios como a resistência de pais, que por não terem uma compreensão clara sobre o que envolve esse debate, tem medo de que seus filhos sejam influenciados de maneira errada, por falta de



informações adequadas. Estes pais podem resistir à abordagem de gênero nas escolas, acreditando que este tema, vai contra os valores familiares ou religiosos. Achem que essas discussões desestabilizam a visão tradicional de família e identidade.

Há entretanto pais que defendem a diversidade de gênero, apoiam a inclusão desse tema, acreditando ser importante para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária, mas estes pais são em número pequeno, o que não encoraja a professores e coordenadores a abordar esta temática em sala de aula. Isso ocorre porque a sociedade possui visões rígidas sobre o que é "masculino" ou "feminino", o que pode influenciar pais, alunos e professores. O que resulta em estigmatização e marginalização de indivíduos. Louro (2014) propõe:

Mulheres e homens, que vivem feminilidades e masculinidades de formas diversas das hegemônicas e que, portanto, muitas vezes não são representadas/os ou reconhecidas/os como “verdadeiras/verdadeiros” mulheres e homens, fazem críticas a esta escrita e estreita concepção binária (Louro, 2014 p.38).

Professores muitas vezes por não se atualizarem sentem-se desconfortáveis ou despreparados para lidar com essas questões. Alguns podem ter visões conservadoras e serem relutantes em abordar discussões com a temática gênero na sala de aula. A escola muitas vezes não possuem materiais, livros, revistas, acesso internet, o que pode dificultar a inclusão de debates sobre identidade e diversidade de gênero no currículo.

Desta forma é fundamental que a escola envolva os pais no processo educativo, proporcionando espaços de diálogo e esclarecimento, para que todos possam ter uma compreensão mais profunda e respeitosa do tema.

Existem professores que têm uma visão mais aberta para as questões de gênero e apoiam a inclusão dessa temática e buscam maneiras de integrá-la de forma construtiva no currículo. Há porém outros professores que podem não se sentir confortáveis ou preparados para abordar a questão de gênero, ou podem ter crenças pessoais que influenciam a maneira como lidam com esse tema. Louro (2014) sugere: “Acreditamos ser possível construir uma escola em que gênero não seja restritivo e excludente, mas plural, uma escola em que se assegure uma educação genuinamente inclusiva e transformadora.” (Louro, 2014 p. 10)

Nestes termos a gestão escolar e a coordenação pedagógica têm papel fundamental na mediação desse tema, garantindo que haja coerência nas práticas da escolares e



apoiando os professores em sua formação continuada criando espaços de reflexão coletiva na comunidade escolar, para que todos compreendam a importância de abordar a questão de gênero de forma sensível e respeitosa.

## **AÇÃO DO PSICÓLOGO NA ESCOLA**

A Lei nº 13935/2019 garante a presença de Psicólogo Escolar nas unidades públicas de ensino, constitui-se um reforço que propõe mais um apoio, ao pedagógico e na qualidade do processo ensino aprendizagem na escola básica. Participar junto a comunidade escolar na elaboração de projetos relacionados a gênero, sexualidade e diversidade, pois na sua formação como sugere Oliveira e Torres (2023):

Psicóloga/o Escolar pode atuar na efetivação de uma mudança paradigmática por meio da instauração de uma educação crítica devotada a integralidade e interdisciplinaridade que materialize a promoção da saúde física e mental dentro da escola. (OLIVEIRA E TORRES, 2023, p.19)

A Psicologia Escolar poderá fazer contribuições importantes na mediação das questões de gênero dentro do ambiente escolar. Pois pode oferecer suporte emocional e psicológico a estudantes que enfrentam dificuldades relacionadas à sua identidade de gênero ou que são vítimas de bullying devido à sua expressão de gênero. Pode ainda ser um mediador entre os alunos e seus pais, auxiliando na comunicação sobre tais questões, especialmente quando houver divergências de opinião ou resistência.

Em vez de assumir a responsabilidade única sobre o tema, o psicólogo pode apoiar os professores e coordenadores, oferecendo formação, recursos e acompanhamento psicológico para que eles possam lidar com questões de gênero de forma eficaz.

Pode também fornecer orientação e formação continuada para os professores, ajudando-os a lidar a temática com sensibilidade, adotando práticas inclusivas e não discriminatórias. Junto a gestão pode colaborar com a equipe pedagógica para promover um ambiente escolar mais inclusivo, onde as questões de gênero sejam discutidas de maneira aberta e sem preconceitos.

O psicólogo não deve ser visto como alguém que substitui o trabalho dos professores, deve atuar de forma colaborativa e complementar, integrando a abordagem de gênero de maneira holística, respeitando os limites do papel de cada profissional na escola. Precisa agir como alguém que contribui para um trabalho coletivo, fortalecendo a



capacitação e o apoio para que todos os membros possam lidar com a diversidade de gênero de maneira sensível e eficaz.

A permanência desta temática que vem lutando para se inserir na educação brasileira, demonstra a necessidade do debate na escola pois a educação familiar pode falhar e precisa que a escola formalize sua responsabilidade nesta lacuna, abordando tais informações de forma responsável e em caráter científico.

A presença do Psicólogo Escolar, renova a expectativa de manutenção e permanência do debate no ambiente escolar, o que vem sendo ancorado com resoluções legais (Brasil, 2019) da Lei Federal 13.935/19, que valida o apoio profissional nesta área, para garantir o engajamento de toda a comunidade escolar, família e sociedade nestas temáticas sensíveis que são, gênero, sexualidade e diversidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Trazer a temática gênero para dentro da escola básica é certamente um debate secular no Brasil. Ao longo de décadas o projeto foi se construindo com a luta de inúmeros personagens como Bertha Lutz entre outras, no enfrentamento, críticas e posicionamentos de homens detentores dos poderes políticos e leis.

Historicamente observa-se que outras categorias vítimas do preconceito e dos estigmas sociais foram gritando, por seus direitos de expressão e de posicionamento social como cidadão, fortalecendo a luta do debate sobre gênero na escola básica.

As leis aqui, ali e acolá começaram a impor direitos e deveres, mas a resistência das culturas e crenças ainda mantem forte o poder sobre os direitos humanos, que por si só não conseguem manter a integridade física e emocional do ser.

Observa-se uma evolução na legislação brasileira no que se refere as lutas étnicas, de gênero e diversidade, entretanto ensinar o povo a cumprir leis, seguir regras é uma tarefa árdua na sociedade e principalmente na escola.

A escola básica é a porta que abre todas as possibilidades para proposta de uma sociedade justa e igualitária para todos que a frequentam. A escola é um espaço possível para romper as barreiras do preconceito. Desta forma é necessário que seja dado todo apoio, pedagógico com a valorização ao professor e ao psicólogo que vem somar através da sua formação a toda comunidade escolar.



A escola básica, sendo ainda sustentada pela soberania feminina na figura da professora, sofre com as regras impostas pelas leis que obrigatoriamente são ditadas pelo masculino, mesmo sendo esta escola que forma indivíduos de todos os gêneros, sexos, opções sexuais e diversidades, enfrenta diariamente mandos e desmandos impostos pela família, crenças, sociedades, políticas, economia e cultura.

Assim a presença do psicólogo é mais uma contribuição na luta e vem para a linha de frente, para o processo político pedagógico, para auxiliar no processo ensino aprendizagem, orientando na manutenção da estabilidade mental, cognitiva e emocional junto à todos que integram comunidade escolar.

## **REFERÊNCIAS**

BARBOSA, Regina Maria et al. **Interfaces: Gênero, sexualidade e saúde reprodutiva**. Editora Unicamp, Campinas São Paulo, 2002.

BUENO, RITA C. RIBEIRO, PAULA R. M. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL: APONTAMENTOS PARA REFLEXÃO**– Revista Brasileira de **sexualidade humana**. Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana SBRASH, FURG, Rio Grande, 2018

CARNEIRO, Suely. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. (consciência em debate/ coordenadora Vera Lucia Benedito) São Paulo, 2011.

EGYPTO, Antônio Carlos (org.). **Orientação sexual na escola: um projeto apaixonante**. 2 edição: Editora Cortez, São Paulo, 2012.

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>

IOP, MICHELA da R. DOROW, CRISTIANE. **Debatendo gênero na escola: relato de experiência a partir de um projeto de extensão universitária**. Rev. Ed. Popular, v.21,n.3,p.383-399, Uberlândia, 2022.

KAMEL, Luciana. **Diversidade sexual nas escolas: O que os profissionais da educação precisam saber**. Rio de Janeiro, 2008.

KOLLER, Silvia H. et al. **Manual de produção Científica**. Editora Pensa. Porto Alegre, 2014.

LARA, JORGE T. CAPOSSIL, REBECA. **Os anuros de Bertha Lutz: a diversidade de práticas científicas na herpetologia brasileira entre as décadas de 1940 a 1970**.ARTIGOS CIENTÍFICOS Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum, v. 19, n. 3. Belém 2024



Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, alterando a LDBEN de 1961.

Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação (PNE). Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

Lei nº 13935/2019 garante a presença nos quadros de Psicólogo Escolar e assistentes sociais na rede básica de ensino públicas de ensino.

LINS, Beatriz Accioly. **Diferentes, não desiguais**: a questão do gênero na escola. 1ª edição. Editora Reviravolta, São Paulo, 2016.

LOURO, Guacira Louro. **Gênero, sexualidade e educação** – Uma perspectiva pós-estruturalista. 16ª edição. Editora Vozes – Petrópolis – RJ, 2014.

LOPES, Maria M. SOUZA, Lia G. P. SOMBRIO, Mariana M. O. **A CONSTRUÇÃO DA INVISIBILIDADE DAS MULHERES NAS CIÊNCIAS: A EXEMPLARIDADE DE BERTHA MARIA JÚLIA LUTZ (1894-1976)**. Revista Gênero, Niterói, v.5, n.1, p. 97-109, 2. sem. 2004.

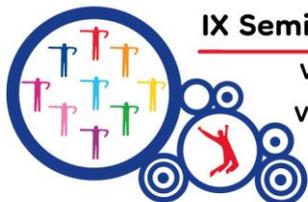
MIGUEL, Raquel de Barros Pinto. Diálogos interdisciplinares em Psicologia, e Educação. **Gênero**. p. 77 à 82-São Carlos: Pedro & João Editores, 2024.

OLIVEIRA, Aderilson A. e TORRES, Claudia R. O. V. **A inserção de profissionais de psicologia em instituições de ensino por meio da Lei Federal 13.935/19: Possibilidade de contribuição da Psicologia Escolar para uma educação emancipatória, integral e interdisciplinar**. V EPODS- UNEB, 2023

Parecer nº 2264/74 do Conselho Federal de Educação (CFE) trata sobre a educação da saúde e os programas de saúde no ensino fundamental e médio 1974.

RIBEIRO, Paula Regina Costa et al. **Corpo, gênero e sexualidade**: resistência e ocupa(ações) nos espaços de educação. Editora da FURG, Rio Grande RS, 2018.

SOUZA, Lia Comes Pinto de. **Educação e profissionalização em ciências. Bertha Lutz no Museu Nacional do Rio de Janeiro, décadas de 1920 e 30**. Rio de Janeiro, 2009.



## **IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade**

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro. Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

